

Dado o elevado nível da série funcional em aprêço, planeja-se também um recrutamento amplo para o referido curso que, segundo tudo parece indicar, terá a duração de um ano letivo comum e estará sujeito ao mesmo regime de provas parciais e sabatinas ordinárias das nossas academias.

Ele terá provavelmente caráter propedêutico. Constará de noções de direito, de sociologia, de economia e fundamentos de administração. A admissão ao mesmo será feita mediante um exame prévio em que entrarão provas de línguas (português, inglês e francês), de cultura geral e testes de nível mental.

Concluído o ano escolar, prestada a prova de habilitação e admitido o candidato no serviço público, será ele obrigado a atender a um outro,

de especialização — material, organização, orçamento, seleção, aperfeiçoamento etc. — que durará seis meses.

Um dos fatores mais importantes desse plano dos Cursos de Administração é o entrosamento dos organismos de treino e seleção. Isto será feito combinando-se, para efeito de classificação final do candidato, a nota do curso com a obtida na Prova de Habilitação da Divisão de Seleção, entrando nesse cômputo a primeira com peso 1 (um) e a segunda com peso 2 (dois), baseando-se a classificação final na média resultante. Com essa medida, iniciarão os Cursos de Aperfeiçoamento uma nova e promissora fase de atividades, estabelecendo mesmo o princípio básico para a futura Escola Nacional de Administração.

\* \*  
\*

### O Aperfeiçoamento dos Servidores do Estado

A administração moderna exige dos Servidores do Estado conhecimentos especializados que não são requeridos na fase de seleção.

Esta tem como escopo escolher os que possuem conhecimentos teóricos mais acentuados, de modo a habilitá-los a melhor se ajustarem às tarefas que lhes serão atribuídas, no desempenho das funções estatais.

Compreende-se, portanto, a necessidade que tem o Estado de treiná-los e aperfeiçoá-los nos encargos que lhes serão atribuídos, como uma complementação da fase inicial de seleção, para o que se estabelece um período de adaptação, denominado estágio probatório.

Seria desnecessária tal medida estatutária, se não fôsse o imperativo de manter atualizados os conhecimentos especiais exigidos para o bom desempenho dos cargos públicos, que dia a dia mais exigem dos que se encontram a serviço do Estado.

Para se conseguir tais objetivos, vem a administração mantendo, com possibilidades de ministrar os conhecimentos indispensáveis ao bom desempenho dos cargos públicos, cursos de administração, a título gratuito, a todos os que se interessam pelo aperfeiçoamento das técnicas administrativas e das matérias básicas indispensáveis para a melhoria dos conhecimentos demonstrados na seleção.

Avulta-se neste particular a atuação do D. A. S. P. que, instituindo Cursos de Administração em 1941, vem procurando tornar, cada vez mais eficientes, os serviços afetos ao Estado, difundindo conhecimentos de administração de que tanto Henri Fayol procurou demonstrar que se descuram em todos os países.

A crescente atividade do Estado, conseqüente da evolução administrativa, requer técnicos em todos os setores da administração.

O planejamento administrativo, a organização, o comando, a coordenação e o controle, são fases da técnica de administrar que ainda hoje não se conhecem, em nosso país, estabelecimentos especializados de ensino, cabendo portanto, à própria administração, infundir conhecimentos dessas técnicas aos seus servidores, como um processo de aperfeiçoamento extra funcional, a fim de solver as dificuldades decorrentes do emprêgo constante e da exigência permanente desses conhecimentos, tão desprezados pelos que se embeberam no empirismo do passado.

A simples e modesta tarefa de atender ao contribuinte em um guichê, como o complexo planejamento de uma exploração petrolífera, requerem conhecimentos especializados, embora contando-se com servidores completamente diferenciados.

Aos primeiros devem ser ministrados conhecimentos de lidar com o público, informá-lo e tratá-lo com o respeito devido, de vez que este público é quem contribui para o pagamento dos honorários que o funcionário recebe.

Aos segundos exigem-se conhecimentos técnicos de engenharia, sem os quais impossível se tornaria alcançar os resultados almejados.

A diversificação dos conhecimentos necessários a estes servidores, e o desenvolvimento das técnicas dessas atividades, tornam difíceis os entendimentos de servidores e público, como são responsáveis pelo fracasso das atividades do Estado no setor de planejamento.

Reconhecendo esta lacuna no serviço público civil brasileiro é que foram instituídos os cursos de administração do D. A. S. P., onde se vêm ministrando conhecimentos especializados de administração, abrangendo não só os ensinamentos rudimentares de português e matemática, como também os conhecimentos das técnicas do planejamento administrativo, tão necessários aos ser-

vidores do Estado, em qualquer dos níveis das carreiras que constituem os quadros de pessoal da administração pública brasileira.

E' bem verdade que nem sempre a clientela é satisfatória para os cursos de altos níveis, pois o empirismo ainda predomina no espírito de nossos administradores, que cada vez mais procuram se julgar oniscientes incorrendo no erro apontado por Luther Gulick, de que somente eles são capazes e só eles conhecem as necessidades do povo.

Colaboração para a  
R. S. P. em 1949

A Revista do Serviço Público surgiu em fins de 1937, porém somente em dezembro de 1939 foi reconhecida como "órgão de interesse da administração" pelo Decreto-lei n.º 1.870, de 14 do mesmo mês e ano, que veio assegurar-lhe uma melhor base de existência.

A experiência fecunda que nos trouxe com magníficos resultados em nossa vida administrativa, a impôs como uma publicação de reconhecida utilidade não só para os servidores do Estado como para todos aqueles que se interessam pelo aperfeiçoamento da administração do país.

Por seu intermédio foi sendo revelado ao servidor que o trabalho racional poderia substituir, com elevada percentagem de vantagem, o mesmo feito através de conhecimentos empíricos, pois a técnica em administração pública só era conhecida de um número muito escasso de servidores. Esse benefício se fez sentir principalmente no interior do nosso imenso Brasil que por intermédio de suas Bibliotecas municipais ia rompendo, pouco a pouco, o véu de ignorância de seus pacatos funcionários, ressaltando as finalidades do emprégo público para que deixasse de ser encarado como uma sinecura e chamando-lhe a atenção para o valor imenso que se revestem as questões de ordem administrativa, pois com o seu esforço orientado estaria concorrendo para o engrandecimento de seu município e conseqüentemente de todo o país.

O povo porém, no regime democrático, é o maior juiz e sabe perfeitamente o que necessita.

Confirmam plenamente a assertiva do tratadista americano os Cursos de Administração do D. A. S. P., que não fornecendo qualquer interesse imediato, mantêm cursos fora da hora de expediente, a eles acorrendo os funcionários para aproveitarem o aperfeiçoamento que lhes é facilitado, como a exigir uma melhor aparelhagem para o aperfeiçoamento funcional.

A Revista não possui um quadro permanente de redatores, o que à primeira vista parece uma incoerência, mas na realidade é o que de mais interessante ela possui em sua organização, de vez que dá ensejo a todos os estudiosos em assuntos administrativos a emitir suas opiniões, evitando desse modo a padronização nos tipos de trabalhos de suas várias seções, caso fôsem sempre redigidos pelo mesmo grupo.

De início a Revista foi lançada praticamente sem recursos financeiros, porém, patenteados os seus inestimáveis benefícios, foi oficializada e em conseqüência consignada no orçamento da União uma verba destinada a ela e a qualquer trabalho que visasse o aperfeiçoamento do serviço público.

Com a Circular da Presidência da República n.º 16, de 24 de junho de 1946, em que era recomendada compressão de despesas públicas, a Revista desejou ardentemente colaborar e, para tanto, a partir de julho de 1947 até dezembro de 1948, reduziu a sua tiragem tornando-a bimestral, porém a partir de janeiro de 1949 retornou à sua vida normal.

Damos abaixo um quadro das despesas com colaboração de pessoal, relativo ao 1.º semestre de 1949:

	Cr\$
Janeiro . . . . .	8.200,00
Fevereiro . . . . .	8.100,00
Março . . . . .	7.850,00
Abril . . . . .	11.500,00
Maió . . . . .	10.950,00
Junho . . . . .	9.000,00

## DESCANSARÃO DOIS DIAS NA SEMANA

### Um novo expediente nas repartições públicas do Uruguai

O presidente Luiz Batle Berres está se mostrando favorável ao estabelecimento de um sistema de expediente nas repartições públicas, que permita aos funcionários gozar dois dias de descanso por semana isto é, sábados e domingos, em vez do clássico "sábado inglês" e domingo. Essa medida, todavia, não favorece somente aos funcionários, mas contempla também uma série de melhoras para o funcionamento das repartições, e, por outro lado, concede vantagens econômicas para os empregados.